



Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 10**

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 10

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 10 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 10)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-467-2 DOI 10.22533/at.ed.672191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BILDUNG E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	
Munir José Lauer	
Carmem Lucia Albrecht da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910071	
CAPÍTULO 2	11
A JUSTIÇA E A META 19: QUESTÕES EM TORNO DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira	
Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	
DOI 10.22533/at.ed.6721910072	
CAPÍTULO 3	20
A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBA SOBRE O PROVIMENTO DAS FUNÇÕES DE DIREÇÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
Renata Riva Finatti	
DOI 10.22533/at.ed.6721910073	
CAPÍTULO 4	36
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA PROUNI: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DOS BOLSISTAS E O CONTEXTO DE PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA	
Leonardo Nascimento de Lima	
Lorena Machado do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910074	
CAPÍTULO 5	47
CHARTER SCHOOLS E CONTRATOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO: DEBATENDO SOBRE LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Henrique Dias Gomes de Nazareth	
DOI 10.22533/at.ed.6721910075	
CAPÍTULO 6	57
CULTURA POLÍTICA E EDUCAÇÃO: ANÍSIO TEIXEIRA (1951 A 1964)	
Pedro Henrique Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6721910076	
CAPÍTULO 7	70
DIFICULTADORES NA GESTÃO ESCOLAR MUNICIPAL EM BOA VISTA/RR	
Eduardo Tarragó	
Saiuri Totta Tarragó	
DOI 10.22533/at.ed.6721910077	
CAPÍTULO 8	84
DIVULGANDO O IFPR – O CONHECIMENTO ALÉM DAS SALAS	
Leandro Rafael Pinto	
Wilson Lemos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6721910078	

CAPÍTULO 9	101
GESTÃO DEMOCRÁTICA: AÇÕES VIVENCIADAS EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA ZONA LESTE DE MANAUS-AM	
Francisca Arlete Costa de Oliveira Márcio Silveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6721910079	
CAPÍTULO 10	114
PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS EM AÇÃO	
Luciane Spanhol Bordignon Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100710	
CAPÍTULO 11	127
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Emeline Dias Lódi	
DOI 10.22533/at.ed.67219100711	
CAPÍTULO 12	135
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Rosa Maria da Silva Kátia Cristina Nascimento Figueira	
DOI 10.22533/at.ed.67219100712	
CAPÍTULO 13	145
AÇÕES INTEGRADORAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RESULTADOS DE UMA INTERVENÇÃO DIDÁTICA COM MATERIAIS DE BAIXO CUSTO	
Nirlei Terezinha Teodoro Paulo Vitor Teodoro de Souza Nicéa Quintino Amauro	
DOI 10.22533/at.ed.67219100713	
CAPÍTULO 14	151
EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E NOVO MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS	
Deuzeni Gomes da Silva Sônia Santana da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.67219100714	
CAPÍTULO 15	159
ENSINO MÉDIO NO CAMPO E AS (IM)POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO INTEGRAL A PARTIR DA LEI 13.415 DE 2017	
Claudemir Lourenção	
DOI 10.22533/at.ed.67219100715	
CAPÍTULO 16	174
INSTRUMENTOS ORGANIZACIONAIS DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM ESTUDO NO ÂMBITO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	
Madison Rocha Ribeiro Genylton Odilon Rêgo da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100716	

CAPÍTULO 17	189
INTEGRAÇÃO CURRICULAR E FORMAÇÃO INTEGRAL: TRAJETÓRIAS E INTER-RELAÇÕES	
Jane Bittencourt	
Ilana Laterman	
DOI 10.22533/at.ed.67219100717	
CAPÍTULO 18	204
O PAPEL DO COORDENADOR NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE ESTADUAL DE MINAS GERAIS	
Evaldo Batista Mariano Júnior	
Márcia Helena Silva de Oliveira	
Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.67219100718	
CAPÍTULO 19	215
PROJETO GUAPORÉ DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ARIQUEMES-RO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERRUPÇÃO DO PROGRAMA	
Francisco Roberto da Silva de Carvalho	
Silvana de Fátima dos Santos	
Carmem Tereza Velanga	
DOI 10.22533/at.ed.67219100719	
CAPÍTULO 20	226
INTERCÂMBIO CULTURAL E IDENTIDADE JUVENIL	
Sylvia Cristina de Azevedo Vitti	
DOI 10.22533/at.ed.67219100720	
CAPÍTULO 21	240
O TRATAMENTO DA DIVERSIDADE INDÍGENA NUMA ESCOLA MUNICIPAL URBANA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS, MS	
Marta Coelho Castro Troquez	
Elda Do Val Haerberlin Marcelino	
DOI 10.22533/at.ed.67219100721	
CAPÍTULO 22	250
POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL (2002-2012): UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIMEIRA DÉCADA DE COTAS PARA NEGROS	
Paulo Alberto dos Santos Vieira	
Priscila Martins de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.67219100722	
CAPÍTULO 23	268
POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA SENSÍVEL	
Ana Luiza Tomazetti Scholz	
Luiza Bäumer Mendes	
Josiane Lieberknecht Wathier Abaid	
DOI 10.22533/at.ed.67219100723	

CAPÍTULO 24	277
RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: TENSÕES E DISPUTAS NO PNE E NOS PEES E PMEs	
Telmo Marcon	
Ana Lucia Kapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.67219100724	
CAPÍTULO 25	290
POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR E EVOLUÇÃO DE INDICADORES DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE ENTRE 1995 E 2013: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	
Alexandre Ramos de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.67219100725	
SOBRE O ORGANIZADOR	308

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Emeline Dias Lódi

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Campus Erechim-RS

RESUMO: O presente ensaio objetiva estabelecer uma reflexão acerca das mudanças ocorridas nas relações entre o poder público e o setor privado, tendo em vista a redefinição da função do Estado e os impactos na oferta da educação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Conclui-se com o estudo que as parcerias público-privadas causam sérias implicações, legitimam a desresponsabilização governamental, e possuem intencionalidades outras que não garantir direitos sociais e educacionais, estão atrelados a interesses mercadológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais. Parcerias Público-privadas. Sistemas Privados de Ensino.

ABSTRACT: The present essay aims at reflecting on the changes that have occurred in the relations between the public and the private sector, in order to redefine the role of the State and the impacts on the supply of education. The methodology used was the bibliographic research. It is concluded from the study that public-private partnerships have serious implications, legitimize governmental

disengagement, and have other intentions that do not guarantee social and educational rights, are linked to market interests.

KEYWORDS: Educational Policies. Public-Private Partnerships. Private Systems of Education.

1 | INTRODUÇÃO

Versar sobre as relações público-privadas na esfera educacional emergiu das reflexões promovidas no componente curricular Políticas, Sistemas Educacionais e Financiamento da Educação Básica, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus Erechim-RS*. A escolha do tema considerou a relevância das discussões sobre parcerias público-privadas, tendo em vista que se constituiu uma problemática relevante na área da educação diante da atual conjuntura política e social brasileira.

Debates sobre o direito a educação não são novos na história da humanidade. No entanto, mesmo após este direito ser garantido por meio de inúmeros dispositivos legais ainda precisamos garantir as suas conquistas, e lutar contra retrocessos, “afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania” (CURY, 2002, p. 246).

Ademais a educação é elemento primordial para edificação de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Nesse sentido, constitui-se uma relevante ferramenta para alavancar mudanças sociais, daí a necessidade de uma instrução pública como função do Estado e, mais explicitamente, como dever do Estado (CURY, 2002).

No entanto as políticas educacionais no atual cenário brasileiro estão passando por modificações, ajustes estão redefinindo o papel do Estado e causando sérias implicações, que comprometem a autonomia e a gestão democrática da educação, por fim acabam por legitimar a desresponsabilização governamental no âmbito educacional.

Além disso, estas alterações não ocorrem apenas na esfera educacional, visto que, são operacionalizadas também no campo das políticas sociais. Verificasse que esta série de reformas bem como alterações em documentos legais que permitem parcerias entre as esferas público e privadas possuem intencionalidades outras que não garantir direitos sociais e educacionais, estão atrelados a interesses mercadológicos.

Este ensaio objetiva realizar uma discussão a respeito das mudanças ocorridas nas relações entre o poder público e o setor privado, tendo em vista a redefinição da função do Estado e os impactos na oferta da educação básica, bem como procura estabelecer uma reflexão acerca das parcerias público-privadas, e as implicações dos sistemas privados de ensino na educação básica.

A metodologia utilizada para a elaboração desse estudo foi a pesquisa bibliográfica, o referencial teórico embasa-se em autores como Peroni (2011), Pinto (2016), Adrião e colaboradores (2016; 2009), entre outros autores.

2 | PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Diante da atual crise econômica que se configura no cenário nacional e também internacional, o capitalismo busca reestruturar-se e encontra no campo educacional um mercado promissor de negócios, neste sentido podemos dizer que as parcerias público-privadas são mais uma estratégia capitalista para angariar recursos financeiros. Sobre este assunto Peroni (2011) assevera que após uma fase de expansão do capitalismo, que iniciou no pós-guerra, vive hoje um período de crise e suas principais estratégias de superação redefinem o papel do estado, com profundas consequências para políticas sociais e educacionais.

Ainda segundo Peroni (2007) para a teoria neoliberal a crise atual se encontra no Estado, e não no sistema capitalista, e cabe ao mercado superar as falhas, a estratégia, portanto, é reforma-lo diminuindo a atuação do Estado para superar a crise, sendo assim a lógica do mercado deve prevalecer. Além disso, as correntes neoliberais defendem a privatização, provocando o desmantelamento do Estado. “assim, para a teoria neoliberal, está muito explícita a retirada do Estado das políticas

sociais universais, a ênfase no lucro, a mercantilização da sociedade e a consequente desigualdade social” (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 764).

Sendo assim, novas fronteiras entre o público e o privado se concretizam, vejamos as parcerias público-privadas no contexto da terceira via que é uma proposta alternativa ao neoliberalismo, todavia concorda com a diminuição do Estado na regulação de políticas públicas, e, contudo defende o repasse das políticas sociais executadas pelo Estado para a sociedade civil sem fins lucrativos que é representada por organizações não governamentais (ONGs), instituições filantrópicas e comunitárias entre outras associações. Ao contrário do neoliberalismo que visa à privatização a terceira via presta um serviço pago pelo poder público (PERONI, 2007).

Segundo Pinto (2016) a destinação de recursos públicos para o setor privado de ensino remonta as origens do país, o sistema de ensino instituído pelos jesuítas, contava com financiamento da Coroa portuguesa, logo se configurava como uma parceria público-privada. Outra referencia histórica sobre parcerias público-privadas foi à criação em 1942 no período ditatorial de Getúlio Vargas do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cuja lógica de financiamento é baseada na arrecadação de um tributo pelo Estado, posteriormente repassado para as entidades do setor.

No contexto atual brasileiro as novas relações entre o público e o privado foram evidenciadas inicialmente no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, onde desde já se identificava o Estado como responsável pela crise econômica, e apontava como saída para superação da crise à reforma do Estado, com base nas seguintes estratégias: privatização, descentralização e publicização, portanto estas medidas explicitam a transferência de responsabilidades estatais (PERONI, OLIVEIRA, FERNANDES, 2009).

Percebe-se assim, que a implantação de parcerias público-privadas foram idealizada no âmago dos movimentos neoliberais, visando a reestruturação do capitalismo após um período de crise, e também pela constante pressão exercida pelo terceiro setor, objetivando a diminuição do papel do Estado em detrimento do setor privado. Esse fato certamente influenciou a redefinição da legislação no que tange as parcerias público-privadas, que são regulamentadas pela Lei 11.079/2004, “esta lei instituiu normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A vista disso torna-se relevante compreender que estas parcerias público-privadas representam a capacidade de intervenção que o setor privado dispõe junto à administração pública, por meio de parcerias ou compartilhamento de responsabilidades que sempre foram do poder público (ADRIÃO; PERONI, 2009). Sendo assim a natureza da propriedade é redefinida, passa a se constituir uma instituição privada de direito público.

Destarte as parcerias público-privadas concretizam um novo modelo de Estado,

baseado em relações contratuais com o setor privado e sociedade civil responsável por definir objetivos de políticas públicas a serem implementadas. Consideram o privado como parâmetro de eficiência e produtividade, esta concepção acarreta sérias consequências, pois acaba mudando a lógica de gestão pública, e prejudica a construção da gestão democrática da educação (PERONI; OLIVEIRA e FERNANDES, 2009).

Desta forma, as parcerias entre o público e o privado geram impactos de diversas ordens na educação, pois quando se estabelece uma parceria o Estado perde o controle sobre as ideologias que irão figurar no âmbito educacional, perde o controle de qualidade, além do mais, a principal implicação diz respeito à gestão democrática, instrumento de reconstrução e de participação política construída historicamente pelos educadores brasileiros.

Neste cenário de redefinição do papel do Estado na política educacional, a gestão democrática esta sendo relegada a um segundo plano, importa a busca de resultados eficientes, para isso centralizou-se as diretrizes curriculares e elevou-se a educação a condição de importante indicador econômico, importa obter uma boa classificação nos programas de avaliação em larga escala aplicados na educação básica. Assim as avaliações são uma forma de mensurar, de ranquear os resultados. A avaliação ao ser regida por esses princípios compactua com a lógica de mercado, com os ideais neoliberais que estão sendo incorporados ao Estado e a educação pública. Por este viés investimentos do setor privado na educação são desejáveis, como meio para alavancar os resultados nas avaliações externas.

É cada vez mais imperceptível às relações entre o público e o privado, o financiamento permite ao setor privado apropriar-se de investimentos públicos que lhe garantem rentabilidade. Nesta perspectiva pode-se dizer que o Estado financia direta e indiretamente o lucro capitalista (GALZERANO, 2016). Ademais, a legalização de parcerias público-privadas permitiu a atuação de grupos empresariais na Educação Básica, os chamados Sistemas Privados de Ensino (SPEs), que evidencia o processo de mercantilização da educação pública e acaba descaracterizando a responsabilidade do Estado quanto à efetivação da garantia a educação. É exatamente sobre esse aspecto que iremos discorrer na próxima seção.

2.1 Sistemas privados de ensino (SPEs)

Os sistemas Privados de Ensino (SPEs) constituem uma cesta de produtos e serviços que incluem consultorias educacionais, formação continuada de educadores, investimentos na produção e distribuição de materiais didáticos, e processos de avaliação externa e interna, além disso, as empresas privadas vendem ao setor público um programa de ensino que reflete na organização dos tempos e rotinas de trabalho das unidades escolares, constituindo assim, formas de controle sobre este trabalho (ADRIÃO et al., 2016).

Nesta perspectiva, tais empresas com fins lucrativos, mais do que apenas vendedoras de serviços educacionais interferem nas políticas educacionais e na organização do trabalho docente e administrativo realizado nas unidades de ensino da rede pública. “A venda de SPEs para as redes públicas municipais constitui, portanto, uma importante vertente de privatização da educação no Brasil. Com o desenvolvimento de um mercado competitivo de empresas que disputam a oferta desses serviços aos municípios” (ADRIÃO et al., 2016, p. 129).

A adoção dos Sistemas Privados de ensino (SPEs) na educação básica representa uma tendência crescente no cenário educacional brasileiro, Adrião e colaboradores (2013) em seus estudos apontam quatro fatores determinantes para adoção dos SPEs: o primeiro é o processo de descentralização da educação brasileira via municipalização cuja responsabilidade pela oferta e qualidade da educação incidiu sobre os municípios, que optam pela compra de produtos educacionais numa tentativa de compensar as deficiências oriundas da falta de condições e políticas educacionais adequadas.

O segundo articula-se as alterações na gestão pública orientadas pela perspectiva gerencialista que culminou na proposta da Lei Complementar nº 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal que delimitou os gastos do poder público induzindo assim o aumento de parcerias entre os municípios e o setor privado, estimulando opções pela terceirização, principalmente na área educacional (ADRIÃO; DAMASO; GALZERANO et al., 2013).

O terceiro fator diz respeito ao papel que grandes grupos empresariais assumem na definição da agenda educacional com o objetivo de ampliar o mercado de negócios, sobre este aspecto Adrião e colaboradores (2013, p. 438) elucidam que: “consideram-se ainda como elementos constitutivos do processo de privatização da educação pública, e neste caso não restritos aos municípios, aspectos próprios do segmento de mercado, no qual se inserem as empresas privadas que vendem tais produtos e serviços”.

O último aspecto refere-se à posição de gestores públicos e professores sobre a adoção dos SPEs; que em pesquisa realizada por Adrião e colaboradores (2013) constatou-se que os gestores alegam que a adoção dos SPEs padroniza a qualidade do ensino, além disso, boa parte dos professores considera relevante o uso de materiais didáticos fornecidos pelas empresas privadas.

Em relação às empresas privadas podemos apontar cinco grandes grupos empresariais atuando no mercado educacional das redes públicas. O Grupo Objetivo, Pearson, Grupo Positivo, Grupo Santillana, e a Abril Educação. Estas empresas se apoiam em fortes estratégias publicitárias geralmente direcionadas aos gestores públicos, e incluem ainda a distribuição de brindes, presentes, que seduzem os gestores e professores, influenciando assim a opção pela compra dos sistemas privados de ensino. (ADRIÃO, et al., 2016).

No entanto é importante destacar algumas implicações da adoção dos SPEs

para a educação pública. Adrião e colaboradores (2009) salientam que a adoção dos SPEs provocam sérias implicações para a educação pública, tendo em vista a fragilidade conceitual e pedagógica dos materiais e serviços vendidos, bem como falta de controle social ou técnico, duplo pagamento pelo mesmo serviço, uma vez que o estado já fornece gratuitamente livros didáticos, além disso, à qualidade de ensino tona-se questionável, pois, nesta perspectiva está submetida à lógica do lucro, assim percebe-se uma padronização, homogeneização de conteúdos e currículos escolares.

Sendo assim a adoção dos SPEs pela gestão da educação pública gera sérias consequências, a falta de controle social dificulta o acompanhamento da prestação de contas, além disso, na maioria dos municípios não é exigido processo licitatório para contratação destes serviços, a negociação parte muitas vezes de uma decisão exclusiva do executivo. “Trata-se, portanto, de um retrocesso em relação à possibilidade de controle social sobre a implantação de políticas públicas previsto pela Constituição Federal de 1988” (ADRIÃO, et al., 2009, p. 808).

Em relação à fragilidade conceitual e pedagógica dos materiais e serviços ofertados podemos dizer que a baixa qualidade pode estar relacionada com a oferta de um material de menor custo às escolas públicas, pois as mesmas empresas que vendem estes materiais ao poder público, possuem também suas próprias escolas e franqueiam seus materiais para escolas privadas, portanto oferecem para este último segmento um material distinto e com qualidade superior (ADRIÃO, et al., 2009).

Outro fator que causa certa indignação é a duplicação dos gastos para o mesmo fim, uma vez que: “o governo federal fornece gratuitamente as redes municipais e estaduais o material didático e paradidático para os ensinos fundamental e médio nas modalidades regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio do PNLD” (Adrião, et al., 2016, p. 125). Assim, quando o município adota os SPEs, há um duplo pagamento pelos materiais didáticos.

Em relação à padronização e homogeneização de conteúdos e currículos como parâmetro de qualidade podemos dizer que é um movimento estimulado a nível global por orientações de organismos internacionais tais como o Banco Mundial. Esse processo de uniformidade nos processos pedagógicos prejudica a autonomia de escolas e docentes, pois impede que a organização do trabalho pedagógico contemple as necessidades locais e individuais dos próprios educandos (ADRIÃO, et al., 2009).

Sendo assim percebemos que aquisições dos SPEs comprometem o direito a educação, uma vez que significam o desvio de recursos públicos para grandes corporações empresariais, que não objetivam a melhoria da qualidade educacional, mas visam o lucro. Pontua-se que estes recursos poderiam ser investidos na ampliação e melhoria do sistema público para além das etapas ou modalidades obrigatórias.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões suscitadas na elaboração deste ensaio, verifica-se que as parcerias entre o poder público e o setor privado são mais uma estratégia do capitalismo para reestruturar-se e assim superar a crise vigente na atualidade. Neste viés as parcerias público-privadas preconizadas tanto pelo neoliberalismo quanto pela terceira via, visam à diminuição do papel do Estado em detrimento do setor privado.

Ademais a regulamentação legal das parcerias público-privadas consentiu a atuação de grupos empresariais na Educação Básica, sendo assim os Sistemas Privados de Ensino, adentraram a educação pública, causando sérias implicações que comprometem a qualidade da educação, bem como a gestão democrática.

Sendo assim, na atual conjuntura política e social, partimos do entendimento que qualquer participação da iniciativa privada em serviços públicos pode abrir uma possível precedência para privatização, pois transfere para o setor privado a execução de políticas de responsabilidade do poder público.

Portanto, precisamos nos mobilizar, pois a educação pública esta passando por um momento de retrocesso, e o grande objetivo é colocar a escola pública a serviço dos interesses corporativos, desviando seu sentido político e social; é preciso refletir sobre esta questão a fim de entendermos as consequências das relações entre o público e o privado, no qual os direitos sociais construídos historicamente acabam dando espaço a políticas fragmentadas, as quais nem sempre estão baseadas no princípio democrático.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 134, 2016.

ADRIÃO, Theresa; DAMASO, Alexandra; GALZERANO, Luciana Sardenha. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores. **Revista e-Curriculum**, v. 11, n. 2, 2013.

ADRIÃO, Thereza; PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, 2012.

ADRIÃO, Theresa et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de sistemas de ensino. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União**, 2004. Poder Executivo, Brasília, DF. 30 dez. 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A globalização e os desafios para os sistemas nacionais: agenda internacional e práticas educacionais nacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 33, n. 1, p. 15-34, 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de**

pesquisa, n. 116, p. 245-262, 2002.

GALZERANO, Luciana Sardenha. Programa Nacional do Livro Didático e sistemas privados de ensino: a atuação da Somos Educação. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 6, n. 9, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal. Privatização do Público versus Democratização da Gestão da Educação. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino de Rezende; CORBUCCI, Paulo Robert (Org.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. p. 199-215.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, 2009.

PINTO José Marcelino de Resende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 134, 2016.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-467-2

